

UM REQUIEM PELA UNIÃO EUROPEIA

Revista *Visão*, n.º 967, p. 30, de 15 de Setembro de 2011

FORAM NECESSÁRIOS sessenta anos para transformar a Europa no continente mais habitável do planeta. Aquele onde cada cidadão sabe que não será perseguido pelas suas convicções, inclinações, ou escolhas. Um lugar, onde há apoios públicos para os que perdem as condições de sustento, ou de saúde. Uma região do mundo, onde as fronteiras se tornaram em fósseis de cicatrizes históricas, não travando o movimento de pessoas e bens. Um espaço de cultura, de memória, de arte pública, de recusa ostensiva das manifestações de arrogância bélica. Contudo, talvez não precisemos de mais de sessenta dias para ver esta obra posta em causa, e a Europa lançada num vendaval que arrastará o resto do mundo. A catástrofe, que parece já imparável, é classificada como financeira e económica, mas a sua raiz e as suas consequências são profundamente políticas.

A crise “das dívidas soberanas” é o sinal mais evidente de que esta Europa, em tantos aspectos única e magnífica, foi, contudo, incapaz de produzir, ao longo da última década, um estadista: um homem ou uma mulher, à altura de perceber que a salvação pública (*salus populi*) é a primeira e decisiva tarefa de um líder político. À frente da Europa, por entre tantos dirigentes, não se encontra a sombra de um estadista que seja capaz de aceitar que só se governa com o que existe, embora visando sempre o futuro. Um verdadeiro “príncipe”, como ensinava Maquiavel, olha sempre em frente, não confunde a arte de governar com a moral dominante, e muito menos com os seus preconceitos.

A PRÓPRIA génese defeituosa e incompleta da União Económica e Monetária continha a semente da crise da dívida. A introdução do euro, como “moeda única”, significava que os países que a ela aderissem iriam partilhar dois poderes soberanos fundamentais: o poder monetário e o poder cambial. No entanto, essa partilha foi feita com condições: a capacidade de emitir moeda, gerando inflação – que é um dos meios de “reduzir” a dívida pública e privada – foi eliminada em nome da *estabilidade dos preços*, e a política cambial comum nunca chegou a existir porque o comércio na zona euro é, fundamentalmente, comércio interno e a

desvalorização cambial é incompatível com a estabilidade dos preços.

Ficaram de fora do euro, três competências fundamentais: o poder fiscal, o poder orçamental, e o poder de organização económica. Contudo, a lógica do aprofundamento federal da União estava tão implícita na UEM que os mercados actuaram como se o que faltava fazer já estivesse operacional. Foi por isso que Portugal e a Grécia obtiveram empréstimos quase à taxa de juro alemã. Os mercados, - dirigidos por gente mais culta e bem paga do que aquela que trabalha nas chancelarias – nunca levaram a sério o artigo 125º do Tratado de Lisboa, que impedia o resgate das finanças públicas de um país pelos outros Estados-membros, ou pela UE.

OS MERCADOS não acreditaram, também, que alguém cometeria a insensatez de impor planos de austeridade, do modelo dos do FMI, a países desprovidos da capacidade de emitir e desvalorizar a sua própria moeda. A descida aos infernos da Grécia, e a nossa entrada no purgatório, mostram que a única saída para a crise das dívidas soberanas seria a de completar o processo de construção dos Estados Unidos da Europa, onde se insere a mutualização da dívida europeia, através das *eurobonds*. A recusa deste caminho, como insiste Merkel, é um erro mortal.

Nenhum desafio vital actual pode ser enfrentado a não ser a uma escala europeia. Do emprego ao ambiente, do clima à energia, da defesa à regulação dos mercados Um recente relatório da União de Bancos Suíços alertava para o facto de que o colapso do euro seria também o da União Europeia. Todos perderíamos, incluindo a Alemanha. Os quase 500 milhões de europeus recuariam a uma era de escassez e de insignificância onde todos os perigos, incluindo a guerra, voltariam a ser possíveis. Quem fugir ao futuro, nem ao seu passado terá direito.

Viriato Soromenho-Marques

3 961 c